



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

# XII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO



## PROVA SELETIVA - CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

Cada candidato receberá um caderno de questões e uma folha de respostas.

O caderno de questões possui 38 páginas (numeradas de 1 a 38), devendo ser conferido pelo candidato antes do início da prova.

As anotações no caderno de questões não serão consideradas para qualquer efeito. As respostas deverão ser marcadas na folha de respostas, em espaço próprio, somente com caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

A folha de resposta tem o espaço reservado para responder as 100 (cem) questões da prova, sendo o único documento válido para a correção de sua prova.

A marcação de mais de uma alternativa por questão, na folha de respostas, anula a resposta.

Nesta prova NÃO será permitida qualquer forma de consulta. A transgressão importará eliminação do candidato no ato.

A prova terá duração de 05 (cinco) horas improrrogáveis.

O candidato, ao término da prova, devolverá o caderno de questões e a folha de respostas ao coordenador da sala.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

1. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Considerando a existência das chamadas cláusulas pétreas, a Constituição Brasileira é classificada como semi-rígida.
- II. Reconhecida a inconstitucionalidade por omissão, deve o tribunal notificar o Poder competente para adotar as providências necessárias em 30 dias, sob pena de decretação de intervenção.
- III. Julgando procedente a ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal comunicará ao Senado Federal para suspensão da lei ou ato normativo.
- IV. A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta pelas mesmas entidades que têm legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Está correta apenas a assertiva IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

2. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A Constituição pode ser emendada por proposta de iniciativa de no mínimo um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, do Presidente da República e de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, pela maioria relativa de seus membros.
- II. *Revisão* e *emenda* constitucional são equivalentes.
- III. A liminar na ação direta de inconstitucionalidade tem, de ordinário, efeito *ex nunc*, podendo, porém, ter atribuído pelo Tribunal efeito *ex tunc*.
- IV. A Constituição Brasileira tem limites circunstanciais e materiais ao poder de reforma constitucional.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

3. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A Constituição do Império foi outorgada pelo Imperador, previa Estado unitário, três Poderes e religião oficial.
- II. A Constituição republicana de 1891 foi outorgada pelo Presidente da República, adotou o regime presidencialista, previa Estado federado, três Poderes e vinculação entre Estado e religião.
- III. A Constituição de 1937 foi outorgada pelo Presidente da República, previa Estado unitário, três Poderes com acentuado fortalecimento do Executivo e autorização para edição de Decretos-lei pelo Presidente da República.
- IV. A Constituição de 1946 foi promulgada, previa Estado federado, reorganizou os direitos e garantias individuais e vigorou, com as respectivas Emendas, até a promulgação da Constituição de 1967, esta última oriunda de projeto apresentado pelo governo e votada sob o procedimento estabelecido pelo Ato Institucional nº 4.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

4. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Constitui manifestação da soberania popular a iniciativa para apresentação de projetos de lei, que exige subscrição de, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional.
- II. O referendo difere do plebiscito apenas pelo critério cronológico em relação à norma, ficando a cargo do Congresso Nacional optar entre um e outro, uma vez que a Constituição não previu hipóteses de utilização compulsória de qualquer deles.
- III. A condenação transitada em julgado por ato de improbidade administrativa importa na cassação dos direitos políticos do condenado.
- IV. Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado que adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

5. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Em face de sua natureza política, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem decretar imotivadamente a quebra de sigilo bancário e telefônico.
- II. Os escritórios e consultórios profissionais estão abrangidos no conceito de “casa” para fins da garantia constitucional de inviolabilidade.
- III. Em razão de sua índole programática, as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais dependem, para que adquiram cogência e eficácia, de normas regulamentadoras.
- IV. A União poderá intervir nos estados em caso de recusa à execução da lei federal somente após provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República nesse sentido.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

6. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A reclamação dirigida ao Supremo Tribunal Federal constitui exercício concreto do direito de petição e não recurso ou ação.
- II. A exigência de taxas sem limite máximo, como requisito para interposição de recursos, não importa em violação ao direito de acesso aos tribunais.
- III. Pelo princípio da árvore dos frutos envenenados ou proibidos, a tão-só existência de prova reconhecidamente ilícita no processo basta para que a condenação seja nula.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

IV. As restrições à liberdade de manifestação do pensamento são apenas as que estão na Constituição, implícita ou explicitamente.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

7. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. São bens da União os terrenos de marinha, os lagos, os rios, as águas naturalmente em depósito, as ilhas fluviais, lacustres e oceânicas, excluídas destas as que sejam sede de município.
- II. A exploração de atividades nucleares é de competência privativa da União e depende, se realizada em território nacional, de aprovação do Congresso Nacional.
- III. Lei Complementar pode autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência legislativa privativa da União, relacionadas na Constituição.
- IV. A União pode intervir no Município para garantir a observância de princípios constitucionais, dentre os quais, os dos direitos da pessoa humana e de aplicação do mínimo de receita exigido em educação e saúde.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

8. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A administração pública, em virtude do princípio da legalidade, pode alterar as condições de concurso público constantes do respectivo edital para adaptá-las à nova legislação enquanto não concluído e homologado o certame.
- II. O limite de idade para cargos públicos não se legitima na ordem constitucional brasileira em razão do princípio da isonomia.
- III. Se a lei exige exame psicotécnico para investidura em cargo público, a sua dispensa configura violação ao princípio constitucional da legalidade.
- IV. Aplica-se o Regime Geral de Previdência Social ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

9. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Está em conformidade com a Constituição e com o princípio da isonomia a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- II. O Poder Executivo pode criar sociedades de economia mista e fundações públicas independentemente de autorização legal.
- III. É possível a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos da Administração Direta e Indireta mediante contrato firmado entre seus administradores e o poder público, com fixação de metas de desempenho.
- IV. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação e, por isso, não viola o princípio constitucional da vedação de vinculação ou equiparação de vencimentos.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.  
b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.  
d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
10. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. Compete privativamente ao Presidente da República a criação de Ministérios e a nomeação de Ministros de Estado.
- II. As medidas provisórias, quando convertidas em lei, com ou sem alteração do texto original, são promulgadas imediatamente como lei de conversão, independentemente de sanção.
- III. Deputado Federal pode contratar com o Poder Público desde que o contrato obedeça a cláusulas uniformes.
- IV. O Parlamentar Federal que faltar a pelo menos um terço das sessões ordinárias da respectiva Casa Congressual, salvo autorização, fica sujeito a cassação por decisão da maioria absoluta de seus pares.
- a) Está correta apenas a assertiva III.  
b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.  
d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
11. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. Compete ao Senado Federal julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
- II. O Deputado Federal pode licenciar-se por até cento e vinte dias para tratamento de assunto particular, sem prejuízo de seu mandato.
- III. Pode o Senador da República ser secretário de Prefeitura de Capital, sem prejuízo de seu mandato e podendo optar pela remuneração parlamentar, mas perderá o mandato se for nomeado secretário de Prefeitura de outro município que não Capital de Estado.
- IV. Durante o recesso parlamentar deve funcionar comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.  
b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.  
c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.  
d) Todas as assertivas estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

12. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. O controle de constitucionalidade não abrange normas constitucionais originárias, mas pode incidir sobre normas constitucionais derivadas.
  - II. A declaração de inconstitucionalidade pelo controle concentrado importa no efeito repristinador *erga omnes* da lei revogada pela reconhecida inconstitucional.
  - III. Dado o caráter objetivo do processo de controle concentrado de constitucionalidade, não há necessidade de existência de prévio litígio sobre a aplicação da norma que se pretende conforme a Constituição em ação declaratória de constitucionalidade.
  - IV. A causa de pedir, embora necessária na ação direta de inconstitucionalidade, é irrelevante para vincular a decisão a ser tomada pelo tribunal, que pode acolher o pedido por outro fundamento.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
  - d) Todas as assertivas estão corretas.
13. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. A promoção dos juízes por merecimento obedece, dentre outros, a parâmetros objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição.
  - II. Não pode ser promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal.
  - III. O juiz pode ser removido, aposentado, colocado em disponibilidade ou demitido por decisão da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional da Justiça, assegurada ampla defesa.
  - IV. O Conselho da Justiça Federal tem poderes correicionais e suas decisões caráter vinculante.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
  - d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
14. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. A ação declaratória de inconstitucionalidade não está sujeita a prazo de prescrição, mas pode estar sujeita a prazo decadencial.
  - II. Pode haver controle concentrado de constitucionalidade de ato normativo municipal pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito de argüição de descumprimento de preceito fundamental.
  - III. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pela Casa da Moeda do Brasil.
  - IV. Não é possível, na ordem constitucional brasileira, em razão do princípio da isonomia, tratamento favorecido a determinadas classes de empresas.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

15. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Enquanto *governo* constitui atividade política, de índole discricionária, *administração* implica atividade exercida nos limites da lei ou da norma técnica.
- II. As autarquias guardam subordinação hierárquica à entidade de direito público que as originou, dependência que não se resume apenas a controle finalístico de sua administração e da conduta de seus dirigentes.
- III. Desconcentração pressupõe pessoas jurídicas diversas.
- IV. Embora possam surgir de ato administrativo oriundo do Poder Executivo, as autarquias somente por lei federal podem ser extintas.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

16. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Em hipótese na qual venha a autarquia a exaurir seus recursos, guarda o Estado responsabilidade subsidiária pelas obrigações inadimplidas.
- II. A responsabilidade civil do Estado é objetiva, mas na Administração Indireta é imprescindível demonstrar-se ocorrência de dolo ou culpa.
- III. Em face de tratar-se o Banco do Brasil S.A. de pessoa jurídica de direito privado, deve ser acionado na Justiça Estadual.
- IV. No exercício de atividade administrativa federal delegada, o gerente do Banco do Brasil S.A. pode ocupar posição de autoridade indigitada como coatora em mandado de segurança.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

17. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. À Administração Pública não lhe é dado anular seus próprios atos, imprescindível para tanto autorização do Poder Judiciário.
- II. A revogação de um ato administrativo ocupa universo de oportunidade e conveniência, guardando, pois, índole discricionária.
- III. Porque sujeito a uma vinculação absoluta, ao agente público não lhe é lícito valer-se dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade para pautar a atividade administrativa.
- IV. Doutrina e jurisprudência majoritária registram que o vocábulo *poder*, quando utilizado em relação à Administração, não alberga semântica de discricionariedade, pois que para o agente público o *poder* significa poder-dever.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

18. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Por constituírem cláusulas exorbitantes, alteração e rescisão unilaterais do contrato administrativo são faculdades inerentes à Administração, ainda que sem previsão expressa em lei ou no contrato.
- II. Porque desnecessária a instauração do contraditório, para imposição de penalidades administrativas de menor relevância é suficiente a sindicância.
- III. Regime de enfiteuse não se aplica a bem público.
- IV. Os denominados terrenos de marinha, porque se encontram sob tutela direta de autoridades militares, devem permanecer desocupados, para que não se ponha em risco a própria segurança nacional.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

19. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Empresas estrangeiras que não funcionam no país podem participar de licitação internacional, se consorciadas com empresas nacionais.
- II. Constituindo acréscimos decorrentes de trabalho já feito (*pro labore facto*), as vantagens por tempo de serviço integram o padrão de vencimento.
- III. No rigor da técnica, diz-se *adicional* vantagem que se relaciona com o tempo ou com a função; *gratificação*, a que respeita ao serviço ou ao servidor.
- IV. O servidor público em disponibilidade faz jus apenas à parcela do vencimento, excluídas as demais vantagens.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Para responder às questões 20, 21 e 22, considere o enunciado que segue:

Determinada empresa possuía um terreno rural cuja área se deixava em parte atingir pelas marés. O Estado do Paraná decretou o bem de utilidade pública, na intenção de construir um estádio esportivo, requerendo em juízo imediata imissão na posse, depositando o *quantum* do preço e desde já anuindo com o levantamento de 60% do valor oferecido. Chamada a manifestar-se, a União asseverou seu interesse no feito, aduzindo impossibilidade de ser expropriada a área que, a seu sentir, lhe pertencia. O juiz, em despacho inicial, declinou da competência.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Ocorre que, enquanto tramitava o feito, o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DENIT) invadiu a propriedade privada, nela construindo uma estrada. A empresa particular, então, peticionou na ação desapropriatória já existente aduzindo perda de objeto; ao mesmo tempo em que ajuíza ação contra a autarquia, a fim de que esta indenize tanto a parte concernente ao leito da rodovia quanto o restante da propriedade, que se tornou inviável com a presença da estrada. O Estado do Paraná requer, então, a desistência da ação, o levantamento do depósito, e que se faça a retrocessão, porquanto inviável que se atinja o escopo final da ação, a construção do estádio.

20. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Segundo a legislação específica, não há hierarquia no processo desapropriatório, sendo possível ao Estado expropriar bem pertencente à União.
- II. Bens públicos não são passíveis de desapropriação.
- III. Segundo a lei específica, o desapropriado pode levantar percentual maior do que aquele proposto pelo Estado do Paraná.
- IV. O ingresso na área com a construção da estrada constitui desapropriação indireta, que induz direito à indenização.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

21. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O expropriado detém o *direito de extensão*, não sendo obrigado a permanecer com área restante economicamente insignificante.
- II. Mesmo com a construção da estrada, deve o juiz deferir a imissão provisória na posse ao Estado do Paraná.
- III. A indenização, na hipótese, deve ser justa e em dinheiro, vedada a substituição do valor pecuniário por títulos da dívida pública.
- IV. A retrocessão deve, *in casu*, ser indeferida, pois é figura de direito cuja ocorrência presume que a desapropriação já tenha ocorrido.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

22. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A hipótese acima (construção de estádio) constitui caso de desapropriação por utilidade pública.
- II. A contestação em desapropriação é ampla, podendo o expropriado discutir sobre a real existência de interesse público.
- III. A construção da estrada constituiu, no caso narrado, atentado, implicando desvio de finalidade, devendo a autarquia restabelecer o *statu quo ante*, modificando o traçado da rodovia.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

IV. Caso transcorressem 6 (seis) anos após o desapossamento, prescrito estaria o direito a pleitear indenização decorrente da construção da estrada.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

23. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A liberdade de comércio impede quaisquer ingerências estatais contra o estabelecimento de monopólios.
- II. A figura jurídica da *verdade sabida* não está albergada na legislação federal ora vigente.
- III. O instituto da ascensão funcional constitui meio de melhor aproveitamento dos recursos humanos na esfera federal, guardando, pois, utilidade e licitude.
- IV. Doutrina e jurisprudência majoritária entendem que não figura a autoridade indigitada como coatora no pólo passivo no mandado de segurança; e, sim, a pessoa jurídica de direito público em que ela se insere.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

24. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Além das contribuições sociais, existem determinadas taxas que habitam o universo da parafiscalidade.
- II. A instituição das contribuições sociais é de competência concorrente, suprimindo os Estados aquilo que não for objeto da legislação federal.
- III. Segundo o Supremo Tribunal Federal, o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRRM) constitui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).
- IV. A lei complementar é exigível para instituição de novas contribuições de custeio da seguridade social, incidentes sobre bases econômicas diversas daquelas constitucionalmente já previstas.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

25. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A interdição do estabelecimento é considerada pela doutrina como um dos meios lícitos mais eficazes para forçar o adimplemento da obrigação tributária.
- II. As sociedades de economia mista estão albergadas pela imunidade tributária recíproca das entidades públicas concernente a patrimônio, renda ou serviços uns dos outros.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

III. A legislação tributária oferece o mesmo tratamento aos tributos diretos e indiretos no que tange à repetição.

IV. Pacificou-se em doutrina que a “alíquota zero” guarda os mesmos fundamentos legais e produz os mesmos efeitos jurídicos da isenção, inclusive quanto à possibilidade de sua alteração a qualquer tempo, independentemente da lei.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

26. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. A redução de benefício fiscal a implicar aumento de tributos submete-se à observância do princípio da anterioridade.

II. Na ausência de disposição legal em contrário, as taxas, em face de sua índole contraprestacional, fazem-se automaticamente abranger pela isenção.

III. Desde que obedecido o princípio da hierarquia das leis, a isenção onerosa pode ser extinta a qualquer tempo.

IV. A remissão é ato de autoridade administrativa dotada de expressa autorização legal; a remição, por seu turno, é ato de resgate que pode ser realizado pelo particular em relação a bem penhorado em execução fiscal.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

27. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

I. O princípio da irretroatividade, que a Constituição vigente adota, impede que se aumentem alíquotas do imposto de renda em pleno curso do exercício financeiro, alcançando situações de fato já ocorridas.

II. O estabelecimento de normas gerais em matéria de obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência, em âmbito tributário, somente pode ser feito por lei complementar.

III. A Constituição, ao elencar as espécies tributárias existentes, nada refere sobre a contribuição de melhoria, contemplando apenas as contribuições sociais.

IV. O princípio da capacidade contributiva foi suprimido nas Constituições de 1967 e 1969, e não voltou a ser constitucionalmente contemplado na Lei Maior de 1988.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

28. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- I. Discernem-se fato gerador e hipótese de incidência, emprestando concretude ao primeiro e natureza abstrata à segunda.
- II. É competência privativa da autoridade administrativa realizar o procedimento tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, se for o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- III. A conversão do depósito em renda constitui forma de extinção do crédito tributário.
- IV. A anistia pode alcançar tanto infrações pretéritas quanto também aquelas posteriores à lei que a instituiu, em prazo determinado.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.  
b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.  
d) Todas as assertivas estão corretas.
29. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. A execução fiscal do crédito tributário sofre necessária atração pelo juízo universal de falência.
- II. Em nenhuma hipótese o crédito tributário sujeita-se a concurso de preferência.
- III. Em ação consignatória, reconhecida a insuficiência do depósito, o credor, embora réu na ação de conhecimento, pode valer-se da sentença judicial como título executivo em relação à diferença nela reconhecida.
- IV. O princípio constitucional segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei” nenhuma relevância guarda em âmbito tributário, uma vez que tributos podem ser criados por decretos emanados do Poder Executivo, sem sequer necessidade de posterior homologação do Poder Legislativo.
- a) Está correta apenas a assertiva III.  
b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.  
c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.  
d) Todas as assertivas estão incorretas.
30. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. Na legislação tributária, não impera o princípio da irrevogabilidade.
- II. A legislação tributária orienta-se para o futuro, jamais atingindo fatos pretéritos.
- III. O contribuinte pode afastar a responsabilidade por infração, desde que confesse a falta perante o Fisco antes da existência de qualquer iniciativa da Administração a respeito.
- IV. Elisão, elusão ou evasão lícita é a subtração ao tributo de manifestações de capacidade contributiva originalmente sujeitas a ele, mediante a utilização de atos lícitos, ainda que não congruentes com o objetivo da lei.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.  
b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.  
d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

31. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Em razão de sua peculiar natureza, porquanto implica posterior obrigação de ressarcimento, o empréstimo compulsório refoge ao rol dos tributos.
  - II. A decadência, atingindo o próprio direito substantivo, impede o lançamento.
  - III. Diferentemente da legislação tributária de outros países, nosso sistema não alberga o instituto da dação em pagamento como forma extintiva do crédito tributário.
  - IV. Dependendo da data em que instituída a contribuição social, a apelidada anterioridade mitigada pode oferecer garantia mais efetiva ao contribuinte do que aquela relativa aos tributos em geral.
- a) Está correta apenas a assertiva II.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
  - d) Todas as assertivas estão incorretas.

32. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Em face da desconstituição da pessoa jurídica, albergada expressamente em nosso Direito Tributário, os sócios de uma empresa tornam-se responsáveis, independentemente de haverem praticado atos com excesso de poder ou infração de lei.
  - II. Em execução fiscal, cientificado pessoalmente o devedor da realização da penhora, o prazo para oposição de embargos inicia-se no dia seguinte àquele em que ocorrida a ciência.
  - III. O pagamento de licença-prêmio e de férias não gozadas por necessidade de serviço não está sujeito ao imposto de renda.
  - IV. Em razão de sua natureza evidentemente remuneratória, os valores recebidos a título de incentivo à demissão voluntária sofrem a incidência do imposto de renda.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
  - d) Todas as assertivas estão corretas.

Para responder às questões 33 e 34, considere o enunciado que segue:

Determinada empresa houve contra si inscrição de dívida, que, inicialmente, foi enfrentada por mandado de segurança, em que alegado tão-somente que as pessoas consideradas como empregados pelo fiscal previdenciário seriam trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício. Sem que obtido o *writ*, após ajuizada a execução fiscal, intentou ela exceção de pré-executividade, em que insistiu na recusa do nexa de emprego, mais uma vez sem sucesso. Ofereceu penhora em dinheiro, opondo embargos, nos quais alega, ainda, que equivocado o trabalho fiscal que deu gênese à cobrança, sem, no entanto, protestar por qualquer meio de prova. Em impugnação, a Fazenda limitou-se a afirmar a presunção de liquidez e certeza do título.

33. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O mandado de segurança, por ser garantia constitucional, não poderia ser rejeitado de plano.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- II. A exceção de pré-executividade comporta não só matérias que podem ser contempladas *ex officio* pelo juiz, mas também nulidades outras cuja demonstração exija dilação probatória.
- III. O ônus da prova é, em execução fiscal, sempre da Administração, pois que o contribuinte guarda a seu favor presunção de inocência.
- IV. A presunção de liquidez e certeza inerente ao título fiscal é *iuris tantum*, cedendo ante inequívoca prova em contrário.

- a) Está correta apenas a assertiva IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

34. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O juiz deve converter a penhora em depósito para garantia da execução.
- II. A data do depósito, na execução fiscal, jamais pode constituir um marco inicial do prazo para oposição de embargos.
- III. Tanto na exceção de pré-executividade quanto no mandado de segurança, a apresentação dos meios de prova a serem realizados na instrução é imprescindível para viabilizar o próprio instrumento processual.
- IV. No exemplo dado, o juiz deve receber os embargos, determinando audiência de instrução e julgamento.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

Para responder à questão 35, considere o enunciado que segue:

Uma empresa, em embargos à execução fiscal, alegou:

- 1- a nulidade do lançamento em face da ausência de motivação, principalmente da explicitação dos fundamentos legais em que se embasaria a autuação;
- 2- embora situada no mesmo local, não é sucessora da empresa havida como devedora, pois que exerce atividade outra, não tendo adquirido o fundo de comércio;
- 3- considerada a nulidade denunciada, resulta impossível o refazimento do ato de lançamento, pois que, ultrapassado o lustró legal, verifica-se a decadência do crédito tributário;
- 4- o pretense lançamento nada mais é do que documento oriundo de uma concessionária de serviço público, firmado por empregado, sem condição de funcionário; portanto, carente de competência para realização do ato administrativo.

Em resposta, a entidade pública exequente asseverou:

- 1- a irrelevância da motivação, pois a empresa embargante não nega a existência da infração;
- 2- a existência da sucessão, mesmo quando exercida atividade outra, sendo suficiente a localização em igual endereço;
- 3- não haver decadência na hipótese, porquanto a presença de um lançamento, ainda que formalmente nulo, é em si bastante para reabrir o lapso decadencial;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- 4- o exercício do poder de polícia e especificamente a atividade do lançamento situam-se em área de discricionariedade, a depender, portanto, de juízo de oportunidade e conveniência da administração;
- 5- o lançamento foi realizado por delegação, perfeitamente admissível na hipótese.

35. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Razão assiste à entidade pública, em relação à ausência de explicitação de motivos e fundamentos legais, porquanto, de índole meramente formal, é argumento que não pode prevalecer diante da presunção que resguarda o trabalho fiscal no que tange às circunstâncias de natureza fática.
- II. Razão assiste à entidade pública em atribuir aprioristicamente condição de sucessora à empresa que se encontra no mesmo local daquela responsável pela infração, ainda que exercendo outra atividade, cumprindo à executada demonstrar em sede de embargos que inexistente a sucessão.
- III. Razão assiste à empresa embargante, levando-se em conta a ausência de lançamento válido e a natureza do instituto da decadência.
- IV. Razão assiste à empresa embargante, no que tange a ser o lançamento impositivo e vinculado.

- a) Está correta apenas a assertiva IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

36. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Enquanto a norma de isenção é de ser interpretada literalmente, a imunidade, a teor de precedentes do Supremo Tribunal Federal, admite interpretação ampla à luz dos princípios constitucionalmente consagrados.
- II. Em face do princípio da igualdade, a criação de tributos não deve levar em conta a capacidade contributiva do sujeito passivo.
- III. O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- IV. A compensação de créditos tributários não pode ser deferida por medida liminar.

- a) Está correta apenas a assertiva III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

37. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Assim como o juiz não pode, por iniciativa própria, dar gênese à ação, também a autoridade administrativa enfrenta vedação absoluta de efetuar lançamento *ex officio*.
- II. No âmbito do Direito Tributário, *taxa* e *tarifa* são termos que guardam sinonímia.
- III. Há precedentes no Supremo Tribunal Federal no sentido de que o pedágio constitui taxa de serviço.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

IV. Constitui preço público a prestação pecuniária compulsória exigível de proprietários de imóveis particularmente beneficiados por obra pública.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

38. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O tipo penal de moeda falsa prescinde do elemento subjetivo dolo, pois realizado está o crime pelo mero risco social de ser mantida em circulação a moeda falsificada.
- II. No crime de moeda falsa é necessária a *imitatio veritatis*, mas não se exige perfeição na *imitatio veri*, sendo necessário que os caracteres exteriorizadores da moeda tenham aptidão para induzir a engano número indeterminado de pessoas.
- III. O estelionato praticado contra a Caixa Econômica Federal, empresa pública federal, é da competência da Justiça Federal, sendo cabível a figura majorada pelo dano a entidade de direito público ou de instituto de economia popular, assistência social ou beneficência.
- IV. Consoante orientação pretoriana atual, o estelionato previdenciário, em que há percepção de parcelas sucessivas do benefício, é crime permanente cujo lapso prescricional começa a contar da data em que cessa a permanência.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Para responder à questão 39, considere o enunciado que segue:

Maria é indiciada em inquérito policial pela omissão de recolhimento de contribuições previdenciárias descontadas dos empregados, de janeiro a junho de 2002 – período em que era Diretora da empresa. Após a denúncia, o Juiz intima a acusada por correspondência com aviso de recebimento (A.R.) para que comprove eventual pagamento ou parcelamento do débito previdenciário. Sem resposta da acusada, o Juiz recebe a denúncia. Durante o processo, comprova Maria que parcelou e pagou integralmente as contribuições pertinentes. A Previdência Social informa a pendência de outras contribuições previdenciárias referentes ao período de agosto a outubro de 2002.

39. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Nulo é o processo desde o recebimento da denúncia porque intimada a acusada por A.R.
- II. Está extinta a punibilidade pelo integral pagamento das contribuições previdenciárias pertinentes ao processo, aplicando-se retroativamente a nova previsão legal mais benéfica.
- III. A responsabilidade de Maria como Diretora da empresa não pode ser afastada por demonstrações fáticas de que não sabia e não era responsável pelas omissões de recolhimentos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

IV. A cada mês em que não recolhidas as contribuições previdenciárias, configura-se novo crime, cabendo, porém, o tratamento de crime continuado em caso de similitude de tempo, lugar e modo de agir.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

40. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Lançado o tributo, mas ainda pendente recurso administrativo-fiscal quanto ao seu montante, eventual ação penal por crime tributário do art. 1º da Lei nº 8.137/90 deve ficar suspensa até a constituição definitiva do crédito tributário.
- II. Na jurisprudência dos Tribunais Superiores, o parcelamento de tributos objeto de persecução penal pela Lei nº 8.137/90 não impede o prosseguimento do processo quanto aos crimes conexos, inclusive de quadrilha.
- III. A multa nos crimes tributários tem previsão específica, não se lhe aplicando os limites para valor do dia-multa fixados pelo Código Penal.
- IV. A válida e constitucional vedação ao agente fazendário de efetuar a representação fiscal ao Ministério Público antes da final decisão no processo administrativo-fiscal não veda que este proceda investigações e, constituído o resultado típico, promova a ação penal, mesmo ausente a mencionada representação.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

41. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A prescrição em crimes tratados como em continuação delitiva é examinada fato a fato, isoladamente.
- II. O acréscimo decorrente da continuidade delitiva não interfere no cômputo do prazo prescricional.
- III. É cabível o reconhecimento da prescrição retroativa sempre que, transitando em julgado a sentença para a defesa, estiver pendente apelo da acusação.
- IV. Em tema de prescrição, a unidade do concurso formal de delitos fica desconstituída, incidindo a extinção da punibilidade em cada um dos crimes isoladamente.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

42. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- I. Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- II. Na jurisprudência atual, vindo o acórdão da Corte de Apelação a excluir a condenação de crime mais grave e restando apenas crime com pena mínima de até um ano, abrir-se-á vista ao Ministério Público para que examine a possibilidade de propor a suspensão condicional do processo.
- III. No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.
- IV. Compete ao Supremo Tribunal Federal examinar recursos extraordinários e *habeas corpus* interpostos contra decisão da Turma Recursal, mas não cabe quanto a esta a interposição de recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

43. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Mesmo ausente a intenção de lucro com a alienação do entorpecente, pode ocorrer a imputação penal por tráfico (art. 12 da Lei nº 6.368/76), que não contém tal elemento em seu tipo.
- II. A origem estrangeira da substância relacionada como entorpecente nas normas internacionais configura o tráfico internacional de entorpecentes, mesmo quando apreendida no Brasil e sem ofensa prévia a pessoas, serviços ou interesses de outro país.
- III. É de competência relativa o conflito entre o Juiz Federal e o Estadual do local de apreensão da droga, este com competência federal delegada na forma do art. 27 da Lei 6.368/76.
- IV. A pena do delito de associação para o tráfico é regulada pelo art. 8º da Lei 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), inobstante não seja esse crime enquadrado como hediondo, pelo que haverá direito à progressão no regime de cumprimento da pena.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

44. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O confisco de bens por tráfico de entorpecentes não exige na norma constitucional a continuidade ou permanência na utilização de bens para o tráfico.
- II. É competente a Justiça Federal para o processo e julgamento de delito financeiro praticado no âmbito de instituição previdenciária privada, porque equiparada à instituição financeira.
- III. O crime de gestão fraudulenta é espécie do delito de gestão temerária, sendo penalmente responsáveis, nos termos da lei, o controlador e os administradores de instituição financeira, assim considerados seus diretores e gerentes.
- IV. É pública incondicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.  
b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.  
d) Todas as assertivas estão corretas.
45. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. Os sistemas processuais penais consistem na reunião de princípios e modelos orientados por um princípio ou idéia basilar, que serão adotados nos países de modo absoluto, impedindo a coexistência de regramentos de diferentes estruturas processuais penais.  
II. No sistema inquisitório puro, a concentração do poder processual dá-se nas mãos do inquisidor, em regra escolhido, que, em processo escrito, sigiloso e com comum prisão cautelar, age com supremacia na produção probatória, regulando os limites de atuação da defesa, acusando e, ao final, julgando a lide penal por critérios de justiça basicamente vinculados.  
III. Os princípios processuais penais de publicidade, ampla defesa e devido processo legal, por traduzirem garantia constitucional ao processado, não admitem interpretação limitativa ou valorada pela proporcionalidade.  
IV. O direito à não auto-incriminação é inaplicável às pessoas ouvidas na qualidade de testemunhas ou informantes.
- a) Está correta apenas a assertiva II.  
b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.  
d) Todas as assertivas estão incorretas.
46. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. No inquérito policial, a Autoridade Policial obedecerá à seqüência dos atos investigatórios prevista em lei, salvo requisição do Juiz ou do Promotor, sendo do Juiz Criminal a competência recursal desses atos.  
II. A incompetência da Autoridade Policial não anula as investigações realizadas, podendo gerar apenas reflexos de ilegalidade na prisão.  
III. Da decisão de arquivamento do inquérito policial, acolhendo manifestação ministerial, não cabem recursos, mesmo evidente o erro de interpretação.  
IV. É exigida a autorização da vítima ou de seu representante legal para a formalização da prisão em flagrante em crime de ação penal privada.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.  
b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.  
d) Todas as assertivas estão corretas.
47. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. O crime doloso contra a vida praticado, em Manaus, por Juiz do Trabalho de Florianópolis é processado e julgado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- II. Ocorrendo absolvição do crime que atraía a jurisdição federal, esta permanece competente para os crimes conexos em razão da *perpetuatio jurisdictionis*.
- III. A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do Juízo Federal ou Estadual – se o local não é sede de Vara Federal – do lugar da apreensão dos bens.
- IV. O crime de falsa anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, feita por particulares, é da competência da Justiça Estadual.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.  
b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.  
d) Todas as assertivas estão corretas.
48. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. O processo e julgamento de quaisquer crimes contra a organização do trabalho, previstos no pertinente capítulo do Código Penal, dá-se na Justiça Federal, em razão da matéria.
- II. As contravenções penais são examinadas na Jurisdição Federal em caso de conexão ou continência.
- III. O tráfico internacional de mulheres (“escravas brancas”) é da competência da Justiça Federal.
- IV. Não há prevenção pelos atos judiciais de urgência, realizados sem distribuição.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.  
b) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.  
d) Todas as assertivas estão incorretas.
49. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. O interrogatório tem hoje assegurado o contraditório pleno, com a formulação obrigatória de todas as perguntas requeridas pela acusação e defesa.
- II. É direito da defesa ter a expedição de precatórias para ouvida das testemunhas que na defesa prévia arrolara, sendo intimada da data da audiência no juízo deprecado.
- III. As questões prejudiciais obrigatórias suspendem o andamento da ação penal e o curso da prescrição, até o julgamento no nível da questão de família ou patrimonial impeditiva.
- IV. Havendo divergência entre testemunhas, expedir-se-á precatória à autoridade do lugar onde reside a testemunha ausente, para que seja complementada a acareação, após a ouvida da testemunha presente.
- a) Está correta apenas a assertiva IV.  
b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.  
d) Todas as assertivas estão incorretas.
50. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- I. É constitucional o obrigatório recolhimento à prisão do condenado para apelar em criminalidade organizada.
- II. As provas de existência do crime e de indícios de autoria não são exigíveis se a prisão preventiva é decretada antes do recebimento da denúncia.
- III. As provas que fundamentam a prisão cautelar podem ser mantidas em sigilo, inclusive em relação ao preso-investigado e a seu procurador, quando existente risco de que seu conhecimento possa frustrar o objetivo das investigações.
- IV. O limite legal da prisão temporária, em se tratando de criminalidade organizada, é de trinta dias improrrogáveis.

- a) Está correta apenas a assertiva IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

51. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Pode o tribunal enquadrar os fatos acusatórios em crime diverso do capitulado na denúncia e na sentença, e sem que jamais qualquer das partes tenha mencionado a diferente tipificação penal, ficando, todavia, limitado ao quantitativo da pena aplicada em primeiro grau, se o recurso é exclusivamente da defesa.
- II. Pode a *emendatio libelli* dar-se inclusive por fatos implicitamente contidos na denúncia.
- III. A falta do exame especificado das circunstâncias judiciais gera nulidade da dosagem da pena da sentença, salvo se fixada a pena-base no mínimo legal.
- IV. A descoberta de novo fato criminoso justifica a aplicação da *mutatio libelli*, com abertura de vista à defesa por três dias, na forma da lei.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

52. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Conforme o Supremo Tribunal Federal, a denegação de liminar de *habeas corpus* autoriza novo *habeas corpus* contra essa decisão, perante o Tribunal jurisdicionalmente superior.
- II. Podem o *habeas corpus* e a *revisão criminal* ser promovidos por quem não seja advogado, mas não está tal pessoa habilitada a exercitar recursos e sustentações nos tribunais.
- III. O agravo na execução segue por analogia o rito do recurso em sentido estrito.
- IV. A Defensoria Pública, a Advocacia Dativa e o Ministério Público possuem, no processo penal, prazo em dobro para a interposição de recursos.

- a) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

53. Assinalar a alternativa correta, considerando a proposição adiante.

A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

- a) Na obrigação indivisível, sempre ocorrerá a solidariedade ativa.
- b) Na obrigação indivisível, sempre ocorrerá a solidariedade passiva.
- c) Na obrigação indivisível, sempre ocorrerá a solidariedade ativa e passiva.
- d) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

54. Assinalar a alternativa correta.

Caio e Tício ajustaram contrato de mútuo, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no qual ficou consignado que Tício deveria pagar a quantia num prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Ajustaram uma cláusula penal moratória de 2% e, ainda, uma cláusula penal compensatória correspondente a 10% do contrato. Na data do adimplemento, Tício afirma para Caio nada querer pagar. Um dia após, em novo encontro, Tício oferece, para extinção total do débito, uma quantia de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e mais uma máquina fotográfica digital, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Considere que Caio concorde, receba os bens e declare que Tício nada mais lhe deve.

- a) A obrigação extinguiu-se pelo pagamento direto, apenas.
- b) A obrigação extinguiu-se pelo pagamento direto e pela dação em pagamento, apenas.
- c) A obrigação extinguiu-se por pagamento direto, pela dação em pagamento e por transação.
- d) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

55. Assinalar a alternativa correta.

Num contrato de comodato, ficou ajustado que Caio deveria devolver o automóvel de Tício num prazo máximo de 30 (trinta) dias. Nenhuma cláusula especial foi ajustada pelas partes contratantes. Caio, já na posse do bem, pensou em celebrar contrato de seguro para a proteção do bem de Tício, sendo certo que não o fez em virtude da seguradora lhe ter pedido um valor muito alto a título de prêmio. Até por isto, Caio tratou de manter o veículo, como se seu fosse, zelando e cuidando pela conservação desse. Dias após, para azar de Caio e sem que tivesse dado causa, foi assaltado em uma sinaleira, ocasião em que lhe roubaram o veículo de Tício. Como o azar não vem sozinho, em menos de 48 horas, ficou sabendo, pela autoridade policial, que o veículo, em decorrência de acidente de trânsito, fora totalmente destruído.

Diante do ocorrido, pode-se afirmar que:

- a) Caio nada deve para Tício.
- b) Caio deve para Tício uma quantia equivalente ao valor do veículo, apenas.
- c) Caio deve para Tício uma quantia equivalente ao valor do veículo e mais perdas e danos.
- d) todas as alternativas anteriores estão incorretas.

56. Assinalar a alternativa correta.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- a) Sendo resolutiva a condição, enquanto esta não se realizar, não se perfectibilizará o negócio jurídico.
- b) Quanto ao negócio jurídico, ocorre a lesão quando uma pessoa, seja por inexperiência ou por necessidade premente, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- c) A lei revogada fica automaticamente restaurada, no caso de ter a lei revogadora perdido a vigência.
- d) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

57. Assinalar a alternativa INCORRETA.

Quanto à usucapião, pode-se afirmar que:

- a) adquire a propriedade do imóvel quem o possuir como seu, ininterruptamente e sem oposição, por quinze anos.
- b) adquire a propriedade do imóvel aquele que o possua por dez anos, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé.
- c) adquire a propriedade urbana aquele que não sendo proprietário de qualquer outro imóvel, a possua como sua, por cinco anos ininterruptos e sem oposição, não sendo a mesma superior a 400 metros quadrados.
- d) o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

58. Assinalar a alternativa correta.

No que se refere à responsabilidade civil, pode-se afirmar que:

- a) o entendimento moderno e com base também na equidade é o de que o amental deve suportar com o seu patrimônio o ressarcimento dos danos por si próprio causados a outrem, no caso da responsabilidade não poder ser atribuída a terceiros.
- b) não há caso de ser alguém obrigado a indenizar o dano causado, independentemente da existência de dolo ou culpa.
- c) em nenhuma hipótese, a intensidade da culpa ou do dolo influirá na fixação da verba indenizatória.
- d) as obrigações derivadas da prática de atos ilícitos extinguem-se com a morte do ofensor, eis que não podem ser transmitidas aos seus herdeiros.

59. Assinalar a alternativa INCORRETA.

Quanto à classificação dos contratos, pode-se dizer que:

- a) o contrato de compra e venda é consensual e principal, entre outras classificações possíveis.
- b) o contrato de doação manual (bens móveis de pequeno valor), obrigatoriamente, será real.
- c) o contrato de fiança é principal e sinalagmático, entre outras classificações possíveis.
- d) o contrato de locação é principal, não-solene e sinalagmático, entre outras classificações possíveis.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

60. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. Nas ações coletivas, quando julgadas improcedentes, opera-se a coisa julgada *secundum eventum probationis*.
  - II. Quanto aos limites objetivos da coisa julgada, o nosso sistema adota a teoria da individualização, segundo a qual toda e qualquer violação ou ameaça a direito subjetivo, pertinente a uma determinada relação jurídico-material, haverá de ser alegada e articulada em uma única ação, sob pena de incidir sobre ela a eficácia preclusiva da coisa julgada.
  - III. A perempção corresponde a uma sanção ao demandante que deixa de realizar ato ou diligência a seu cargo, em subseqüentes processos relativos à mesma causa.
  - IV. Os prazos iniciados antes do recesso forense fluem até a data imediatamente anterior ao início deste, inclusive, ainda que recaia em domingo ou feriado.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
  - d) Todas as assertivas estão corretas.
61. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. É da competência das Turmas Recursais o julgamento do mandado de segurança impetrado contra ato do juiz dos Juizados Especiais, e não do Tribunal Regional Federal, pois a este não foi reservada a possibilidade de revisão dos julgados dos Juizados Especiais.
  - II. O juízo que proferiu a sentença coletiva em ação civil pública, na linha da jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, fica prevento para as execuções individuais da referida sentença.
  - III. Em ação proposta por particular, a exclusão, pelo juiz federal, de empresa pública federal, litisconsorte passiva, remanescendo na lide apenas sociedade de economia mista, em razão da regra da *perpetuatio jurisdictionis*, não desloca a competência para a Justiça Estadual.
  - IV. Em execução fiscal movida na Justiça Estadual pela Fazenda Nacional, opostos embargos de terceiro pela Caixa Econômica Federal, a competência para o julgamento destes, segundo entende o Superior Tribunal de Justiça, será da Justiça Federal, pois que não compreendida a ação incidental nominada no âmbito da competência federal delegada.
- a) Estão incorretas apenas as assertivas I e III.
  - b) Estão incorretas apenas as assertivas II e IV.
  - c) Estão incorretas apenas as assertivas II, III e IV.
  - d) Todas as assertivas estão incorretas.
62. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. O objeto de prova será sempre um fato e jamais o direito, pois quanto a este se presume que o juiz o conheça e aplique de ofício.
  - II. O juiz não está obrigado a intimar as partes sobre o local, a data e o horário em que realizará a inspeção judicial.
  - III. Se a parte requerente da prova pericial deixa de depositar, no prazo fixado pelo juiz, os honorários periciais, o processo será extinto sem exame de mérito, com base no art. 267, inc. III,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

do Código de Processo Civil, depois de pessoalmente intimada a parte.

IV. Quanto às provas no processo civil, a máxima da inexistência de prevalência de um meio de prova sobre outro tem caráter absoluto.

- a) Estão incorretas apenas as assertivas I e IV.
- b) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão incorretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

63. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Na hipótese de pedidos sucessivos (art. 289 do Código de Processo Civil), a procedência do anterior e a declaração de prejudicialidade do seguinte não atrai, em relação a este último, o manto da coisa julgada.
- II. A coisa julgada formal pode ocorrer sem que se verifique a coisa julgada material, mas esta pressupõe sempre a ocorrência daquela.
- III. O brocardo jurídico *iura novit curia* não tem aplicação à ação rescisória, devendo a parte autora, sob pena de indeferimento da inicial, indicar qual o dispositivo legal em que está fundado o pedido.
- IV. Nos embargos à execução por título judicial, é vedada a discussão acerca das matérias resolvidas no processo de conhecimento, mesmo em caso de inconstitucionalidade, ficando todas as questões objeto deste abrigadas sob o manto da coisa julgada.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.

64. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. De acordo com o princípio da estabilidade da demanda, o aditamento do pedido, depois de citado o réu, pressupõe a anuência deste.
- II. A Lei nº 6.830/80, que dispõe sobre a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, permite a emenda ou a substituição da Certidão de Dívida Ativa somente até a data da citação do devedor.
- III. A parte ou o terceiro podem, validamente, recusar-se a apresentar, quando requisitado pelo juízo, documento cuja publicidade lhes possa representar perigo de sofrer ação penal.
- IV. Na ausência de contestação e sem que aconteçam os efeitos da revelia, o despacho em que o juiz determina a intimação do autor para a especificação de provas não tem base legal.

- a) Está correta apenas a assertiva III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

65. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O sistema processual brasileiro adota, dentre os critérios para a condenação em honorários



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

advocatícios, a regra da causalidade.

- II. Os honorários da sucumbência pertencem ao advogado, tendo este o direito autônomo de executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.
  - III. Segundo entendimento do plenário do Supremo Tribunal Federal, não são devidos pela Fazenda Nacional honorários advocatícios nas execuções não embargadas, excluídos os casos de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.
  - IV. Na hipótese de cumulação eventual de pedidos, o acolhimento de um apenas não implica sucumbência para o autor e, portanto, não gera condenação ao pagamento de honorários advocatícios.
- a) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
  - d) Todas as assertivas estão corretas.

66. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A apelação e o reexame necessário de sentença concessiva de mandado de segurança, em qualquer hipótese, não impedirão a imediata execução da sentença, em razão do efeito meramente devolutivo de que são revestidos.
  - II. A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes.
  - III. A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
  - IV. O pedido de desistência do mandado de segurança poderá ser formulado a qualquer tempo, independentemente do consentimento do impetrado, desde que antes da sentença.
- a) Estão incorretas apenas as assertivas I e IV.
  - b) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
  - c) Estão incorretas apenas as assertivas I, II e III.
  - d) Estão incorretas apenas as assertivas II, III e IV.

67. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A ação cautelar a que alude o art. 4º da Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, pode assumir, inclusive, feição satisfativa.
- II. O Ministério Público não tem legitimidade para a propositura da ação popular, mas, em caso de inércia do autor, pode prosseguir no pólo ativo.
- III. Consoante a jurisprudência dominante, especialmente no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, não constitui critério determinante da extensão da eficácia da decisão em sede de ação civil pública a competência territorial do juízo, mas sim a amplitude e a indivisibilidade do dano que se busque evitar ou afastar.
- IV. Na ação popular, consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não é admitida a reconvenção.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

68. Assinalar a alternativa correta.

Caio propôs ação de usucapião especial (Lei nº 6.969/81) perante o juízo estadual da situação do imóvel, onde não existe vara federal. A União Federal, cientificada, peticionou alegando que a área usucapienda situa-se em terras devolutas federais.

Como deverá proceder, diante do caso, o juiz estadual que preside o feito?

- a) Deve prosseguir no processo, tendo em vista que a competência é realmente da Justiça Estadual, devendo eventual recurso, se reconhecido o interesse da União, ser dirigido ao Tribunal Regional Federal respectivo.
- b) Deve remeter os autos para a Justiça Federal que jurisdiciona o município, para que decida sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença da União Federal no processo.
- c) Deve intimar o requerente para que promova a citação da União Federal, remetendo, caso haja contestação, o processo à Justiça Federal.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

69. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Sendo parcialmente antecipada a tutela, a apelação da sentença que acolhe integralmente o pedido será recebida no efeito meramente devolutivo apenas no que concerne ao objeto da tutela antecipada e no duplo efeito quanto ao mais.
- II. Conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, em uma ação direta de desapropriação de imóvel rural por interesse social, o juiz não poderá, ao despachar a inicial, imitar a expropriante na posse do imóvel, sem o comprovante do depósito do valor da indenização.
- III. Para a efetivação da antecipação da tutela que implique levantamento de dinheiro, de regra, será exigida a caução, ficando assim assegurado o interesse do réu em caso de reversão da medida.
- IV. Nas ações possessórias, a concessão de liminar para as chamadas “ações de força nova” nada mais representa do que antecipação da tutela, com o diferencial da dispensa da demonstração do *periculum in mora*.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

70. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Não são cabíveis no processo cautelar, segundo a doutrina majoritária, a denunciação da lide, o chamamento ao processo e a oposição, mas admite-se a assistência e a nomeação à autoria.
- II. A sentença proferida contra a Fazenda Pública, em processo cautelar, não se encontra sujeita ao reexame necessário.
- III. Configura hipótese de substituição processual, segundo entende a doutrina majoritária, a



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

assunção do processo pelos herdeiros quando falece a parte.

IV. A competência para o processo cautelar é do juiz da causa principal, mas, em caso de urgência, mostrando-se inviável o requerimento perante este, a medida cautelar pode ser requerida ao juiz do local dos bens em risco de lesão, que, em seguida, remeterá os autos ao juiz competente, que poderá manter ou não a liminar.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.

71. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Na oposição, o oponente deduz pretensão contrária ao direito do autor e ao do demandado da ação-base, e conexa com o objeto e a causa de pedir desta.
- II. Havendo litisconsórcio passivo facultativo simples, a contestação de um dos réus, fundada em fatos comuns, não impede, em relação ao réu revel, a presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor.
- III. Tratando-se de assistência litisconsorcial, a expressa concordância do assistido quanto à sentença que lhe é desfavorável impede o recurso do assistente.
- IV. Se um dos litisconsortes unitários interpôs recurso antes que o fizesse qualquer dos outros e, em seguida, dele desistiu, sendo ainda recorrível a sentença por algum dos restantes, o recurso porventura interposto por qualquer destes produz efeitos inclusive para o que haja formulado a desistência recursal.

- a) Está correta apenas a assertiva IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

72. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Nas execuções, inclusive as fiscais, ou quando for ré pessoa jurídica de direito público, não será admitida a citação pelo correio.
- II. Na execução fiscal ajuizada na Justiça Estadual, a Fazenda Pública está obrigada a adiantar as despesas de transporte do Oficial de Justiça, mas está dispensada de antecipar o valor equivalente à postagem da carta citatória.
- III. O seqüestro de verbas públicas para a satisfação de débito sujeito a precatório, ainda que se trate de verba de natureza alimentar, só é viável quando ocorra violação da ordem de precedência.
- IV. Não é admitida a execução provisória das sentenças proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Federais Cíveis.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

73. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Se o juiz verifica que, ao proferir a sentença, omitiu-se quanto à apreciação de um dos pedidos cumulados contido na inicial, poderá, de ofício, complementar o julgado esgotando a prestação jurisdicional.
- II. Contra a decisão que põe fim à ação declaratória incidental cabe o agravo de instrumento, se a ação versar sobre questão prejudicial ao julgamento da principal e for julgada anteriormente a esta, dada a natureza de decisão interlocutória.
- III. Não é cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.
- IV. Os embargos declaratórios, mesmo quando interpostos intempestivamente, suspendem o prazo para a interposição de outros recursos por ambas as partes.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

74. Assinalar a alternativa correta.

- a) O vendedor pode obstar a entrega de coisas expedidas ao falido e ainda em trânsito, mesmo que o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido.
- b) Mesmo irregular, pode a sociedade empresária requerer a autofalência.
- c) O credor por título não vencido jamais poderá requerer a falência da sociedade empresária regular.
- d) Têm direito à restituição os fornecedores que venderam a prazo mercadoria entregue no estabelecimento do falido, nos 15 dias que antecederam a decretação da falência, se ainda não alienadas pela massa.

75. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

"A" emite uma nota promissória em favor de "B", que a endossa para "C", o qual endossa para "D". Considere, ainda, que "X" avalize em favor de "B".

- I. É necessário o protesto para que "D" possa cobrar o título de "X".
- II. Se for falsa a assinatura de "A", poderá a nota promissória ser cobrada de "B".
- III. Mesmo que "D" esteja a mover ação cambiária somente contra "X", em não satisfeito seu crédito, poderá depois acionar "C".

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

76. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- I. O cheque pós-datado não poderá ser apresentado ao sacado se ocorrer a morte do emitente em data anterior à ajustada para a sua apresentação.
  - II. O portador de um cheque emitido na mesma praça, mesmo tendo apresentado o título ao sacado, perderá o direito de executá-lo, caso não tome a iniciativa de promover a execução, se decorridos mais do que 180 dias da data da sua emissão.
  - III. Em se tratando o cheque de um documento formal, valerá apenas como princípio de prova de dívida, no caso de ser apresentado sem constar o local de sua emissão.
  - IV. Ocorrendo a prescrição da via executiva, terá o portador o prazo de 2 (dois) anos a contar da data da emissão do cheque para promover a ação de enriquecimento ilícito contra o emitente.
- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.
  - d) Todas as assertivas estão incorretas.

77. Assinalar a alternativa correta.

- I. No contrato de *leasing* financeiro, a fixação do modo de apurar o valor residual é cláusula essencial no contrato,...  
porque
  - II. ... trata-se de cláusula assecurativa do direito do arrendador de reintegrar-se na posse do bem arrendado em caso de inadimplemento do contrato.
- a) as duas assertivas são verdadeiras e a segunda justifica a primeira.
  - b) a primeira assertiva é verdadeira e a segunda é falsa.
  - c) a segunda assertiva é verdadeira e a primeira é falsa.
  - d) as duas assertivas são falsas.

78. Assinalar a alternativa correta.

Com relação ao contrato de *factoring*, é ele operação assemelhada:

- a) ao contrato de comissão mercantil, pela prática de atos em nome e por conta de terceiros, sem a cláusula *del credere*.
- b) ao contrato de desconto bancário, por representar cessão de crédito mediante endosso e sem direito de regresso.
- c) ao contrato de desconto bancário, por representar cessão de crédito mediante endosso e com direito de regresso.
- d) ao contrato de mandato, pela administração de interesses em nome do cedente.

79. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O empregado, inclusive por empresa de trabalho temporário, o servidor público comissionado, o exercente de mandato eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social, o doméstico, o empresário e o trabalhador autônomo são todos classificados como segurados obrigatórios da Previdência Social.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- II. É segurado especial em regime de economia familiar quem trabalha em atividade rural ou urbana com os respectivos cônjuges ou companheiros e filhos maiores de 14 (quatorze) anos ou a eles equiparados, sem o auxílio habitual de terceiros.
- III. Na Lei nº 8.213/91 é considerado segurado facultativo quem voluntariamente se filia ao Regime Geral de Previdência Social mediante contribuição e desde que maior de 16 (dezesesseis) anos.
- IV. São hoje beneficiários na legislação do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, exclusivamente: os cônjuges e companheiros, o filho não emancipado menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido, os pais, e o irmão não emancipado menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido.

- a) Está correta apenas a assertiva II.  
b) Está correta apenas a assertiva III.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.  
d) Todas as assertivas estão corretas.

80. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Segundo jurisprudência pacificada, não pode ser computado tempo de trabalho prestado em idade inferior aos 16 (dezesesseis) anos de idade.
- II. É admitida jurisprudencialmente como início de prova material a qualificação, como agricultor, em certidões e documentos expedidos em nome de integrantes do grupo familiar.
- III. A exigência de início de prova material para contagem de tempo de serviço não admite exceções, seja por lei, seja pela jurisprudência dos tribunais superiores.
- IV. Os benefícios previdenciários de valor mínimo são concedidos ao segurado especial rural independentemente do pagamento de contribuições previdenciárias relativas ao período ou da correspondente indenização.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.  
b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.  
c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.  
d) Todas as assertivas estão corretas.

81. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A contagem do tempo de serviço é regida pela legislação vigente à época do requerimento de aposentação.
- II. O servidor público ex-celetista faz jus à contagem do tempo de serviço prestado em condições perigosas e insalubres, na forma da legislação vigente à época da prestação do trabalho.
- III. As atividades profissionais constantes de rol legal permitem seja o trabalho considerado especial, independentemente da data em que realizado.
- IV. Tratando-se de norma geradora de despesas, a delimitação dos agentes nocivos é taxativa, não admitindo verificação em concreto de novos agentes prejudiciais à saúde.

- a) Está correta apenas a assertiva II.  
b) Está correta apenas a assertiva III.  
c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

d) Todas as assertivas estão corretas.

82. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A implementação das condições exigidas em lei para a concessão de benefício previdenciário não impede seu exercício quando formulado o requerimento após perda a condição de segurado.
- II. A entrega pelo empregador dos equipamentos de proteção individual não afasta a possibilidade de reconhecimento da especialidade do labor, a menos que exista prova específica de neutralização do risco e de que o empregado usava o equipamento durante toda a jornada de trabalho.
- III. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não é possível o reconhecimento de atividade especial prestada após 28/05/1998.
- IV. Com fundamento em prova documental exigida por lei, possível é o reconhecimento da atividade especial na via do mandado de segurança.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

83. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A aposentadoria por idade do trabalhador urbano condiciona-se a dois únicos requisitos: idade mínima e carência, ainda que preenchidos em diferentes momentos no tempo.
- II. Possível é a cumulação de pensão e aposentadoria rural por idade.
- III. A aposentadoria por idade do professor é devida cinco anos antes da idade legalmente prevista para o trabalhador urbano.
- IV. Vindo o segurado urbano a completar a idade legal (65 anos para o homem e 60 anos para a mulher), mesmo quando já perdida a condição de segurado, poderá pleitear a aposentadoria por idade se comprovar o número mínimo de contribuições exigido por lei.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

84. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O período gozado de auxílio-doença não gera a perda da condição de segurado, mas tampouco é computado como tempo de serviço.
- II. O auxílio-doença é benefício devido em casos de incapacidade temporária, parcial ou total, e em caso de permanente incapacidade parcial.
- III. A aposentadoria por invalidez é benefício pertinente à incapacidade laboral total e permanente, verificadas inclusive as condições pessoais do segurado para o exercício de novo trabalho.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

IV. A preexistência de doença à filiação ao Regime Geral de Previdência Social não interfere na concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, pela aplicação do princípio da solidariedade que impera no Direito Previdenciário.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

85. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O auxílio-reclusão é devido aos dependentes do segurado recolhido à prisão, que não receber remuneração da empresa ou auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço, nas mesmas condições da pensão por morte.
- II. Admite o Superior Tribunal de Justiça a pensão para ex-esposa quando prove dos alimentos necessitar, ainda que por ocasião do divórcio os tenha dispensado.
- III. Aplicam-se de imediato as novas legislações que regulam a quota familiar de pensão, quando elevem o *quantum* dos novos benefícios em igual situação.
- IV. Compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar ação de reajuste, revisão de cálculo e restabelecimento de benefício decorrente de acidente do trabalho, em virtude do objeto da causa manter a natureza acidentária.

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Está correta apenas a assertiva III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

86. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A constitucional preservação do valor real dos benefícios previdenciários garante a plena reposição inflacionária nas datas-base de reajustamento.
- II. O fator previdenciário será calculado considerando-se a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado ao se aposentar, segundo a fórmula legal.
- III. A constância da relação entre a quantidade de salários mínimos e o valor dos benefícios deve ser observada de abril de 1989 até 09 de dezembro de 1991, época em que o Supremo Tribunal Federal teve como implementado o Plano de Custeio de Benefícios da Previdência Social.
- IV. São considerados para cálculo do salário-de-benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, inclusive o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).

- a) Está correta apenas a assertiva II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

87. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- I. Pode o segurado residente no interior ajuizar ação previdenciária na Comarca Estadual ou na Vara Federal de seu município, mas não junto às Varas Federais da capital do estado-membro de seu domicílio.
  - II. Em matéria previdenciária, aplica-se a vedação legal (Lei nº 9.494/97) quanto à concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública.
  - III. No entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o limite de sessenta salários mínimos para estabelecer a competência do Juizado Especial Federal deve levar em consideração a somatória das parcelas vencidas e vincendas.
  - IV. Em ações de natureza previdenciária, os honorários advocatícios incidem sobre o valor da condenação, nesta compreendidas as parcelas vencidas até a prolação da sentença.
- a) Está correta apenas a assertiva IV.
  - b) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
  - d) Todas as assertivas estão corretas.

88. Assinalar a alternativa correta.

Mário, que não possui familiares conhecidos, ingressa em 2004 com ação ordinária pleiteando a concessão de aposentadoria por invalidez, pois se encontra impossibilitado de desenvolver sua atividade profissional (pedreiro) e não tem condições de aprender novo ofício; está com artrose lombar degenerativa, em grau avançado, e tem setenta anos de idade; tendo sempre trabalhado como autônomo, mas jamais recolhendo contribuições previdenciárias.

- a) Mário tem direito à postulada aposentadoria por invalidez.
- b) Mário tem direito ao benefício assistencial.
- c) Mário teria direito ao benefício assistencial, mas como a lide previdenciária está limitada pelo pedido expresso de aposentadoria por invalidez, nenhum benefício receberá.
- d) Mário tem direito à renda mensal vitalícia.

89. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Todos os tratados internacionais celebrados posteriormente à Emenda Constitucional nº 45 que versem sobre direitos humanos têm força normativa interna equivalente à das emendas constitucionais.
  - II. Em razão do princípio da soberania, o Brasil não se submete às decisões de Tribunal Internacional, ainda que tenha manifestado adesão à sua criação.
  - III. Os tratados são assinados pelo Presidente da República e são internalizados apenas quando publicado o respectivo Decreto no Diário Oficial da União.
  - IV. Os tratados podem ser celebrados por cônsules, desde que aprovados por ambas as Casas do Congresso Nacional por *quorum* qualificado de 3/5.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
  - b) Está correta apenas a assertiva III.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
  - d) Estão corretas apenas as assertivas I, II e III.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

90. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. O embaixador de Estado estrangeiro acreditado no Brasil pode ser conduzido coercitivamente a prestar depoimento como testemunha apenas perante a Justiça Federal, mas não perante a Justiça Estadual.
  - II. Os atos de gestão da representação do Estado estrangeiro, de mera rotina administrativa, ficam submetidos à jurisdição local, não protegidos, pois, pela inviolabilidade da Convenção de Viena.
  - III. A República Federativa do Brasil considera a prática do reconhecimento de Estado, mas não a do reconhecimento de Governo.
  - IV. As organizações internacionais, além dos Estados, podem ter personalidade jurídica de Direito Internacional e, nesse caso, estarão autorizadas a celebrar tratados.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
  - b) Está correta apenas a assertiva III.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
  - d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

Para responder à questão 91, considere o enunciado que segue:

Pessoa nascida no Brasil, filha de pais portugueses que estavam aqui a trabalho em empresa privada de comércio de pescado, anos depois comete crime contra a administração pública (peculato) em Portugal e foge para o Brasil, havendo a República Portuguesa pedido sua extradição.

91. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. O Supremo Tribunal Federal poderá decretar a extradição a pedido de Portugal em razão da regra de reciprocidade dos países de língua portuguesa.
  - II. O Supremo Tribunal Federal poderá decretar a extradição a pedido de Portugal porque aquele ato ilícito integra o rol de crimes que o Brasil se comprometeu a reprimir.
  - III. O Supremo Tribunal Federal não poderá decretar a extradição porque a agente é brasileira.
  - IV. O Supremo Tribunal Federal não poderá decretar a extradição porque não há tratado de extradição entre Brasil e Portugal para crimes contra a administração pública, mas apenas para crimes de tráfico ilícito de entorpecentes.
- a) Está correta apenas a assertiva I.
  - b) Está correta apenas a assertiva III.
  - c) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
  - d) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.

92. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. O Brasil usa o critério misto para a fixação da nacionalidade, valendo-se do critério do *jus soli* e do *jus sanguinis*, com temperamentos.
  - II. Não se extradita estrangeiro que tenha família constituída no Brasil.
  - III. Terá nacionalidade brasileira originária, como brasileiro nato, o filho de pai ou mãe brasileiros que nascer no exterior e vier a residir no Brasil, somente se for registrado na repartição consular acreditada.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

IV. A competência para apreciar pedido de transcrição do termo de nascimento de menor nascido no estrangeiro, filho de mãe brasileira que não estava a serviço do Brasil, é da Justiça Comum Estadual, através do juízo dos registros públicos, e não da Justiça Federal.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

93. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O estrangeiro, ao ingressar no Brasil, precisa obter junto à Polícia Federal a carteira de identidade de estrangeiro, exceto se tiver visto diplomático.
- II. Não será concedido visto ao estrangeiro que, dentre outras razões, for considerado nocivo à ordem pública, tiver sido expulso ou tenha sido condenado em outro país por crime doloso passível de extradição segundo a lei brasileira.
- III. O estrangeiro registrado como permanente pode regressar ao Brasil independentemente de visto, se o fizer em até dois anos de sua saída.
- IV. Não sendo possível a extradição, pode a autoridade, em substituição e quando necessário e conveniente, em razão de pedido de Estado estrangeiro, ordenar a deportação do estrangeiro.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

94. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. O *reenvio* ou *retorno*, no âmbito da hermenêutica do Direito Internacional Privado, está ligado às competências jurisdicionais dos diferentes Estados.
- II. Nas lides solvidas com base no Direito Internacional Privado, a questão prévia não deve ser resolvida necessariamente de acordo com a mesma lei que regula a causa principal.
- III. A capacidade, no Brasil, é apreciada em relação ao direito do local em que a pessoa é domiciliada (*ius domicilii*) e não em relação ao direito de sua nacionalidade (*ius patriæ*) ou ao direito do local em que o ato for realizado (*ius loci actus*).
- IV. Em relação à herança de bens de estrangeiro situados no Brasil, vige sistema misto, incidindo a lei pessoal do *de cuius* (*ius patriæ*) ou a lei brasileira (*ius domicilii*), sempre a mais favorável aos herdeiros ou cônjuge brasileiros.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.

95. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- I. A homologação de sentença estrangeira de usucapião de imóvel no Brasil depende de oitiva das fazendas federal, estadual e municipal do local do bem, porque não valeria sentença proferida no Brasil sem tal observância.
- II. Não há litispendência entre processos idênticos (mesmas partes, causa de pedir e pedidos) que tramitem um no Brasil e outro em Estado estrangeiro, independentemente da matéria que versem.
- III. Os fatos ocorridos no exterior e que devam ser examinados por tribunais brasileiros obedecerão sempre à lei brasileira quanto aos ônus e meios de produzir-se.
- IV. As sentenças estrangeiras meramente declaratórias de estado da pessoa não dependem de homologação.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas I, III e IV.

96. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Consoante entendimento majoritário na doutrina e na jurisprudência, a responsabilidade civil por dano ambiental é objetiva e fundada na teoria do risco (integral ou criado). Algumas conseqüências desta modalidade de responsabilidade são: a irrelevância da intenção danosa e da licitude da conduta, e a inversão do ônus da prova quanto ao nexo causal, em razão da presunção de causalidade.
- II. O princípio do poluidor-pagador, amplamente reconhecido no direito ambiental, está, única e exclusivamente, direcionado para a reparação do dano ambiental.
- III. Embora reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência, não há na lei infraconstitucional previsão expressa para reparação do dano extrapatrimonial ambiental.
- IV. A desconsideração da personalidade jurídica (*disregard of legal entity*) em matéria ambiental, consoante prevê o art. 4º da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), pressupõe o abuso do poder e a confusão patrimonial.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.
- c) Estão incorretas apenas as assertivas II e III.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.

97. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. Sob pena de incorrer em inconstitucionalidade, é vedado ao Poder Legislativo Estadual propor e aprovar lei que condicione a concessão de licença ambiental à prévia autorização legislativa estadual.
- II. A tributação ambiental representa uma das mais modernas técnicas de proteção do meio ambiente, estando embasada, precipuamente, nos princípios da precaução e da supremacia do interesse público sobre o privado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- III. A revogação de licença ambiental regularmente concedida somente gera direito à indenização ao empreendedor quando o ato revocatório tem por base riscos ao meio ambiente decorrentes da própria atividade licenciada.
- IV. A competência para o licenciamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é de caráter supletivo, competindo a esta entidade federal licenciar apenas as atividades e obras de que decorra significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional.
- a) Está correta apenas a assertiva II.  
b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.  
c) Está incorreta apenas a assertiva III.  
d) Estão incorretas apenas as assertivas I, III e IV.
98. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. Consoante entendimento jurisprudencial e doutrinário dominantes, a responsabilidade civil do Poder Público, quando omissa em seu dever de coibir ameaças e danos ao meio ambiente, por seus órgãos e entidades adrede criados (*faute du service*), é subjetiva.
- II. Aos municípios é defeso, sendo da União a competência para o registro de determinado produto tóxico, que possa se revelar nocivo ao meio ambiente, criar, *a latere* do registro federal, sistema de registro que reduza ou limite as exigências deste, no âmbito de seu território.
- III. Na forma da legislação ambiental, o pagamento de multa estadual substitui a multa federal quando aquele que comete infração administrativa ambiental venha a ser autuado e multado pelo mesmo fato pelos órgãos ou entidades de defesa do meio ambiente estadual e federal.
- IV. No regime jurídico das Áreas de Proteção Ambiental (APAs), consoante a Lei nº 9.985/2000 (que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), as propriedades particulares permanecem na posse e domínio dos proprietários, os quais deverão adequar suas atividades às funções socioambientais da APA.
- a) Está correta apenas a assertiva I.  
b) Está incorreta apenas a assertiva III.  
c) Estão corretas apenas as assertivas II e IV.  
d) Todas as assertivas estão corretas.
99. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.
- I. No âmbito da tutela reparatória do meio ambiente, é vedado ao juiz, se o devedor não tiver capacidade técnica para a prestação necessária ao ressarcimento na forma específica, aplicar multa para obrigá-lo a custear a reparação a ser realizada por terceiro.
- II. Distingue-se a tutela jurisdicional inibitória da tutela de remoção do ilícito porque a primeira pressupõe a iminência da prática do ilícito, enquanto a segunda exige a ocorrência do ilícito, embora também pressuponha não ter ainda ocorrido o dano no meio ambiente.
- III. No âmbito da tutela jurisdicional inibitória, pode o juiz compelir o Poder Público, diante da atividade de risco, a cumprir seu dever constitucional de prevenção do dano ambiental, porém não o pode compelir à aplicação de multa administrativa.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

IV. O Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (art. 13 da Lei nº 7.347/85) é, precipuamente, um repositório de condenações judiciais em dinheiro vinculadas a direitos e interesses difusos, destinando-se também à indenização das vítimas particulares.

- a) Está correta apenas a assertiva III.
- b) Está incorreta apenas a assertiva IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II e III.

100. Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.

- I. A sentença penal condenatória por crime ambiental, sempre que possível, fixará o valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido ou pelo meio ambiente.
- II. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade civil, administrativa e penal.
- III. O fim especial de obtenção de vantagem pecuniária, nos delitos ambientais, constitui causa de aumento de pena.
- IV. A pena de multa por crime ambiental será calculada com base nos critérios do Código Penal, exceto se, ainda que aplicada em valor máximo, revelar-se ineficaz, caso em que poderá ser aumentada, levando-se em conta a extensão do dano ambiental.

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- c) Estão corretas apenas as assertivas III e IV.
- d) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.